

O espaço como substância e substrato da ação em mobilizações sociais em rede

Space as substance and substract of action in network social mobilizations

El espacio como sustancia y sustrato de la acción en las movilizaciones sociales en red

Gustavo Souza Santos  

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros (MG), Brasil
gustavo.ccpv@gmail.com

Resumo

O texto discute a constituição das mobilizações sociais em rede, marcadas como um fenômeno de debate extensivo e ostensivo por sua recência e particularidade. Reflete-se sua emergência a partir de sua reprodução no espaço, caracterizando espacialidades de insurgência e de cidadania, na medida em que seu conteúdo sociopolítico é detonado. Por meio de uma revisão bibliográfica, articula-se a enunciação do espaço como objeto consubstancial à insurgência, sendo-lhe suporte, linguagem e ferramenta simultaneamente.

Palavras-chave: Mobilização social. Espaço. Rede. Agência. Insurgência.

Abstract

This work discusses the constitution of social mobilizations in a network, highlighted as a phenomenon of extensive and ostensible debate due to its recency and particularity. Its emergence is reflected from its reproduction in space, characterizing spatialities of insurgency and urbanity, insofar as its sociopolitical content is detonated. Through a bibliographic review, the enunciation of space is articulated as a consubstantial object to the insurgency, being support, language and tool simultaneously.

Keywords: Social mobilization. Space. Network. Agency. Insurgency.

Resumen

El texto discute la constitución de movilizaciones sociales en red, marcadas como un fenómeno de amplio y ostensible debate por su actualidad y particularidad. Su surgimiento se refleja a partir de su reproducción en el espacio, caracterizando espacialidades de la insurgencia y la vida de la ciudad, a medida que se detona su contenido sociopolítico. A



través de una revisión bibliográfica, se articula la enunciación del espacio como objeto consustancial a la insurgencia, siendo soporte, lenguaje y herramienta a la vez.

Palabras-clave: Movilización social. Espacio. Red. Agencia. Insurrección.

Introdução

Uma mobilização é, antes de tudo, um influxo. De informações, narrativas, táticas, acontecimentos, repercussões, imagens e gestuais. Influxos cujo lastro é sua condição de produção e a própria envergadura de sua mensagem, insurgente e tácita. A mobilização social, o movimento, o protesto e o ato são contingências expansivas e de cauda longa, que intensifica sua ativação enquanto se reproduz, e mesmo quando evanesce, ainda é fluxo produtivo.

Mobilizações sociais em rede designam as novíssimas modalidades de manifestações insurgentes que têm desafiado a opinião pública, furtado a dinâmica midiática tradicional e aturrido a interpretação sociopolítica, seja governamental, seja acadêmica. Entre seus exemplares, destaca-se a Primavera Árabe no Norte da África e Oriente Médio (JOFFE, 2011), o 15M espanhol (FERNANDEZ-PLANELS; PAMPOLS; FIGUEROAS-MAZ, 2013), a chilena Revolução dos Pinguins (BETTENCOURT, 2016), a geração à rasca portuguesa (COSTA, 2018), as ocupações gregas na Praça Syntagma (BARBOSA, 2016), o estadunidense Occupy Wall Street (CALHOUN, 2013), o caso brasileiro das Jornadas de Junho de 2013 (SANTOS, 2017), entre outros.

Entre as características de enquadramento dessa tipologia de atos está seu desdobramento em rede, a operação espacial em múltiplas escalas regionais e territoriais em unidade, a arregimentação de redes sociais on-line e tecnologias digitais, a ausência de capitaneamento de entidades formais, a horizontalidade organizacional, a efervescência marcante em sua reprodução e a volatilidade metabólica de seu declínio (SANTOS, 2020a).

Enquanto ato político, uma mobilização social em rede é uma ação localizada, contextualizada e factual de exercício sociopolítico. Nesse sentido, tratam-se de investidas corpóreas, isto é, uma atividade elaborada a partir da ação de sujeitos que corporalmente - seja pela ocupação de espaços materiais ou virtuais - delineiam esforços

e composições políticas, tomando como sentido a experiência do cotidiano, que é pólis¹ e também é política.

Enquanto corporeidade e materialidade, as mobilizações são ainda telas². Telas como monitores da extensão da corpografia³ desenvolvida nas ruas e receptáculo dos múltiplos sentidos derivados deste exercício; sentidos intrínsecos à direção da ação política e de qualquer composição humana no espaço cotidiano. Toda tela prescinde de um bastidor de produção e de uma audiência cativa, nem sempre passiva, mas sempre espectadora - e emancipada (RANCIÈRE, 2012).

Nestas telas da mobilização operam significados que não são acessórios, mas constitutivos de uma práxis, isto é, são práticas, estéticas e performances que participam da linguagem mobilizada, ao mesmo tempo em que são elementos de navegação sociopolítica e textualidade insurgente dos sujeitos participantes. De uma mobilização emerge sua comunicação, vital para seu significado mais profundo, bem como para seu significado mais raso; de sua expectativa, como de sua prerrogativa. De sua perspectiva, como de seu prognóstico.

Com a oferta de acontecimentos e exemplares nas duas últimas décadas e, considerando a mudança paradigmática e contextual de exercícios de agência e potência globais, seja pela dinâmica das redes, seja pelo intercurso da comunicação digital que suscita novas performances sociopolíticas, cumpre destacar que a conjuntura das mobilizações sociais em rede partilham no espaço - constituindo espacialidades - sua envergadura e mensagem, tornando-se um exercício de insurgência e cidadania.

Portanto, este artigo examina as inter e intrarrelações entre espaço e mobilizações sociais em rede em uma medida em que o exercício da querela sociopolítica produz espaços de insurgência e cidadania em sua constituição e reprodução. Reflete-se, inicialmente, o espaço como substância da constituição ação mobilizada e, por fim, examina-se o signo espacial como substrato da participação

¹Relativo aos modelos gregos de cidade-estado. Aqui o termo é tomado a partir do campo semântico da cidade e seus significados espaciais, territoriais, sociais, culturais e políticos. Do vocábulo *pólis* deriva a configuração de sentidos da cidade e também o ramo vernacular da palavra política.

²Conforme a acepção de tela total de Baudrillard (2011).

³Conforme conceito articulado por Jacques (2006) e retomado por Nascimento (2016) em que exercícios alternativos e rebeldes de ocupação do espaço da cidade são interpostos pelos sujeitos em dissonância à práticas e agendas opressivas ou desagregantes. Tais exercícios são políticos na medida em que delineiam práticas, gestuais e performances estéticas e simbólicas.

social de mobilizações sociais em rede. Pressupondo-se do espaço como lócus da mobilização, orienta-se o olhar a mobilização no espaço, interveniente e projetivas sob a oferta de uma revisão bibliográfica.

A substância da mobilização social

A mobilização pressupõe encontros. O primeiro deles é o do indivíduo consigo mesmo no acionamento de sua desenvoltura como ator. O segundo é um encontro de iguais e diferentes. Nesse encontro, as perspectivas se alinham por meio de uma partilha da realidade e que se entrecruzam a partir de situações sociais, afetos detonadores e identidades (prévias ou momentâneas, unas ou múltiplas).

Em um movimento, na contramão de imagens utilitaristas que fazem pensar em objetividades neutras, há flexões subjetivas solidárias. O encontro entre sujeitos passa da identificação pelo compartilhamento de motivações e vocações, revestindo os objetos que reclamam ação de uma roupagem identitária. Ainda com o autor, movimentos supõem gestos culturais, onde os elementos constituídos insurgentes são gestuais forjados na experiência cotidiana (BRANDÃO, 2004).

É nesse contexto que passa-se de um sujeito individual para um cenário de sujeitos coletivos. A partir desse pressuposto, Agier (2011, p. 2581) destaca que:

O sujeito da política forma-se na palavra partilhada e na relação com os outros não atribuídos à sua identidade. A política emana de uma parte do todo que é mais do que a soma das partes (com as suas próprias ideias feitas), não está ligada à composição e às divisões do corpo social, distinguindo-se, assim, de qualquer política identitária. Por isso, algo deve passar fora e para além do habitual de modo a que a política ocorra. Esse algo depende da existência do que se chama, no ritual, uma mediação simbólica: um terceiro identificador transforma uma multidão de indivíduos sem nomes numa comunidade do momento ritual, antes que cada um volte para casa, reforçado pelo ritual mas de novo sozinho perante o mundo e na sua "própria" categoria social. Para o ser humano definido como indivíduo no meio de uma sociedade de indivíduos, tudo muda de forma parecida quando vive um curto momento ritual de identificação com a comunidade, um curto momento de felicidade [...].

Essa partilha existencial inflamada pelo contexto situacional, pelos afetos e pela memória cria uma flexão solidária que constitui em um corpo político coletivo, dotado de objetos e direcionamentos, partindo de localizações e mobilidades, quando não as

(re)criando. Há a formação de um senso comunitário que torna o rompante agressivo uma experiência solidária. Salta um "nós" que permite a construção de novos olhares, imagens e afetos sobre si e sobre a realidade, em movimento (BRANDÃO, 2004).

A coletividade ou o atributo de algo que agremia indivíduos gerando campanha ou comunidade é uma construção tão antiga quanto mítica. Trata-se de uma entidade da qual é depositária de uma "fé" que é institucional - e que ora se chama civilização, ora Estado, ora sociedade se fundamentam e se servem. A coletividade é uma marca simbólica indelével para disputas, construções e feitura sociais, culturais, econômicas e políticas.

Martín-Barbero (2001) versa sobre a construção romântica da ideia de povo como peça do que se quer fundamentar como nação, mas uma peça marcada por homogeneidade orgânica. Essa comunidade funcional seria o motivo e a fonte de toda a ação social embrenhada em projetos que constituiriam o altivo conceito de nação. Mas ao povo, nessa concepção, se adotaria uma postura paternalista, com o qual poucos protagonizaram a história para a salvaguarda e proteção desse povo.

Com Gohn (2018) tem-se o povo como categoria que abarcava as camadas médias da população, situando um indivíduo médio. Estariam alocados aí os trabalhadores e toda sorte de pessoas que habitavam as periferias urbanas. A autora chama a atenção para uma noção de povo e popular com um marcador de classe. Os menos assistidos e combalidos pela realidade estariam inseridos nesse conceito que, em última instância, também deteria identidade política e oportunamente poderia ser usado como tal por outros agentes.

Desse tratamento homogeneizado e de classe, emergiria a leitura do que é popular como atributo do que advém de camadas periféricas e precarizadas. Povo ergue-se como uma muleta para a construção de uma noção altruísta e idealista de nação, na qual se despoja de tudo aquilo que não representaria tal acepção. O que emerge do povo passa a ser popular e, portanto, precisava de redenção, não sendo digno de alçar os brios políticos, apenas como objeto de discursos e benesses.

O popular passou a ser uma categoria cultural, alimentada pelo que se produzia e vivia nas camadas menos favorecidas e não participantes de uma aristocracia digna da *polis*. Esse atributo popular recebe ao mesmo tempo uma leitura despolitizada - e

mandatória, ao povo não se deveria a politização - e de rebaixamento cultural, já que o que dele emana seria oposto ao que é culto (MARTÍN-BARBERO, 2001).

O atributo do que é popular estaria inscrito em uma situação de diferenciação cultural. O popular estaria aquém do ideal culto, não popular. Retomando o paternalismo racionalista e idealizado do termo povo, tem-se aqui um quadro de que o conjunto de pessoas estaria sujeito apenas a gestos culturais, não fazendo parte do que é público em sentido político (HARDT; NEGRI, 2005). Subtrai-se a agência da entidade povo, relegando a uma condição cultural - falsa, diga-se - de rebaixamento.

Essa medida excluiria o que é e o que vem do povo das instâncias do político: seus objetos, ritos, decisões e protocolos. Afastado da politização e relegado a uma condição cultural de rebaixamento, o povo se tornaria uma peça para manobras sob a justificativa publicizada de ser o que constitui a nação, sua alma ou outros constructos românticos da terminologia (HARDT; NEGRI, 2005; 2006).

Essa noção foi dissolvida pelo conceito e contexto de classe social. A divisão da sociedade em classes e o levante dos pressupostos teóricos do termo não instaura apenas um panorama sociológico ou político da ordem pública. Essa terminologia dota a entidade povo de capacidade política. Isso pela elevação dos próprios modos de vida dos indivíduos como modos de operação e disputa da realidade (TARROW, 2009).

Como classes, os indivíduos se fortalecem reunindo suas origens e partilhando dos mesmos esquemas de opressão dos quais irão se revoltar. O debate se bifurcou na medida em que anarquistas não esgotaram o termo povo em classe oprimida e a leitura marxista se orientaria, a partir da noção de proletariado (MARTÍN-BARBERO, 2001). Importa na disputa conceitual a possibilidade comum entre elas: a capacidade e o potencial de agir dos sujeitos coletivos.

Em uma outra via, está o conceito de massas. A inclinação política está também presente na terminologia. Contudo, entendem-se as massas como grupos numerosos, sem autodefinição, sem inteligência coletiva, facilmente cooptados e que integram frentes de ação sem muita compreensão da conjuntura e dos significados de sua atuação (GOHN, 2018).

As massas seriam emaranhados sem rosto e sem capacidade de gestos culturais e atos políticos autônomos, sem qualquer fagulha de outros, possuidores de agendas e

equipamentos. Contudo, o opróbrio massificado de ágil cooptação e manobra pode ser um *player* político instável, já que possui volume e sua indefinição torna sua interpretação e "real" controle em campo difícil.

As massas estão associadas comumente ao ideário midiático, designando audiências e grupos de receptores de comunicação cuja agência é artificial ou cuja naturalidade é insuflada por discursos sofisticados e estratégias da indústria cultural (MARTÍN-BARBERO, 2001) ou do consumo como práxis (CANCLINI, 2006). Todavia, é pela indignação e caráter afetivo que a noção passiva de massa é interpelada.

Multidão é um par complementar de massa. Os dois termos indicavam - pela herança arquetípica do que é popular como diferenciação cultural - que a barbárie que era própria dessa coletividade constituía um peso para a sociedade ideal, não sendo capaz de esboçar o que se concebia como agência ou liturgia política (MARTÍN-BARBERO, 2021). Contudo, o que as multidões testemunharam pelas ruas foi a capacidade de erodir estruturas de poder por seu caráter massificado.

As multidões produziram didáticas lições sociopolíticas por meio de ruidosas demonstrações nas vias públicas e onde quer que se fizesse ouvidas. O resultado não é o choque, a interrupção de fluxos ou o barulho que incomoda, mas a compreensão clara de que uma sociedade na qual a diferenciação política e cultural colapsou, já que a liberdade do povo, massa ou multidão é exercício e como tal, pressupõe vivências individuais e arranjos coletivos.

A apreensão do coletivo é complexa por pressupor tempos e espaços cuja movimentação ocorre em ritmos distintos. Ora lentos, ora rápidos, ora tépidos, ora vorazes, ora submersos, ora ruidosamente visíveis. Essa característica de indefinição, antes sua defecção, agora participa de sua substância, já que desconstrói ideário de facções, antagonismos simplistas e segregadores (MARTÍN-BARBERO, 2001; GOHN, 2018).

Complexificam-se as noções. Rompe-se em parte o ideário romântico de fazer considerar uma entidade coletiva sem agência, mas núcleo de toda a ação (perpetrada por poucos). Abandona-se a diferenciação cultural, ainda que em tese, como definidora. Abandona-se também a ideia de uma massa essencialmente indefinida, homogênea e inerte. Enfraquece a qualidade única da opressão como vínculo do coletivo, pensando novas possibilidades performáticas do coletivo.

Chega-se ao terreno de um corpo que é múltiplo, variado, diversificado e por tais características não sujeito a aprisionamentos espaciais ou temporais como definidores. Isto é, as origens e movências espaciais não esgotam essa coletividade. A longa, média ou curta durações se confundem ante a efervescência, volatilidade e o caráter do que é provisório como elemento aglutinador da potência.

O quadro da multidão que se ergue e se mobiliza é provocativo:

A multidão é a multidão, identidade temporária e provisória que esgota sua significação e sua função da fração de tempo em que se manifesta nas ruas e no modo como se expressa. É um sujeito que se dissolve no fim da festa. Pela frequência e pelas peculiaridades de suas demandas, vai ficando claro que a multidão é novo sujeito [...]. Novo sujeito do processo político em conflito com os velhos sujeitos, os da política como ação de estereótipos, os do cidadão aprisionado na camisa de força de conceitos rígidos. [...] A multidão desconstrói [...] (MARTINS, 2015, p. 3).

Ao sabor das categorias, os sujeitos como coletivos denotam sua característica frontal de, ao pertencer a uma realidade e nela ser tolhido, empreender alternativas para sua transformação, tornando-se com um sem número de outros sem plausibilidade de definições uma força mobilizada. A substância elementar de movimentos e mobilizações de quaisquer naturezas é a partilha de realidades, destinos e afetos. Ao se mobilizar, sujeitos se encontram consigo mesmos, com outros e com o porvir qualificador de seus esforços.

No repertório terminológico que pavimenta o terreno dos movimentos e mobilizações, há ainda duas outras categorias que são necessárias para a compreensão sobre o jogo léxico e sua apropriação: a renovação polissêmica de sociedade e o conceito de cultura política. O usufruto semântico desses termos na pauta pública é importante para compreender o aspecto da própria atualidade do campo.

Como Gohn (2018) sinaliza, o termo sociedade sendo uma designação derivada da Sociologia, apesar de sua polêmica conceitual e amplo debate, tem no senso comum certo préstimo. Quando se evoca sociedade como lugar onde a vida acontece, postula-se também que os movimentos partem dela, a ela querem modificar e, os indivíduos que assim atuam, confeririam a qualquer tipo de ato certa legitimidade de voz.

Quando se parte de uma ideia de que "a sociedade reage" ou "a sociedade quer mudança" se apropria de uma noção poderosa de que o que se produz, vive e acontece

tem parte com essa coletividade extra-linguística de povo. Isto é, acopla-se às manifestações do povo certa legitimidade que vem da própria realidade, da própria sociedade como termo que dá sustentação linguística à experiência dos indivíduos tornados sujeitos e em coletividade.

O termo cultura política também é importante para a aproximação dos fundamentos dos movimentos e mobilizações sociais. Visto inicialmente como atitudes orientadas ao sistema que determinam práticas e papéis do cidadão no espaço público, o termo sofreu mutações (GOHN, 2018). Da designação a orientações subjetivas únicas de um povo diante da política passou-se a noção de possibilidades diversas de acepções e culturas políticas em convivência.

Das ideias mais puristas e homogêneas, passou-se a conceber que o espaço público é composto pela construção de distintas perspectivas políticas. Nesse ínterim, diferentes narrativas, visões e ideias sobre o que é público passa a compor certa cartografia do político. Com visões heterogêneas e heterodoxas, abre-se a compreensão para a diversidade de sujeitos e contextos nos quais estes atuam tendo por horizonte suas trajetórias e as tramas nas quais se inserem os centros de poder.

A partir desse campo de categorias que enunciam sujeitos e suas atribuições coletivas em perspectivas sociais e políticas, é que a categoria movimento social pode se estabelecer. E nela, mobilização social. Compreende-se, então, que um movimento social é um esforço de um ator coletivo em se apropriar de valores, processos e atributos sociais diversos subjugados por adversários e mediados por relações de poder (TOURAINÉ, 2009).

Com Brandão (2004), observa-se o movimento social como um lugar em trânsito, e este lugar, dotado de atributos culturais, consiste de interações e relações que reinventam os tempos e os cenários por meio de sua comunicação intempestiva. Pensar movimentos demanda um esforço inicial para enxergá-los antes de sua forma organizacional, mas em sua substância como espaço de ideias, contestação, táticas e estratégias⁴.

⁴Tática e estratégia aqui são entendidas na visão de Certeau (2014). A estratégia está ligada ao poder dominante e hegemônico e as feitura para seu exercício e garantia. Tática, por sua vez, são astúcias práticas para operar e disputar o poder dominante.

Touraine (2009) fortalece essa perspectiva ao caracterizar um movimento simultaneamente como conflito social e projeto cultural. Um movimento visa a realização de valores culturais em nome de um reino da transformação da realidade, representando uma vitória sobre um adversário que é também representação. E nisso, há a apropriação de signos e projetos culturais a crescerem no seio social. A mudança alvejada é a transformação interna e externa.

Gohn (2010; 2011a) chama atenção para o caráter instrucional dos movimentos. Na medida em que são projetos de vida imersos em uma dinâmica conflitiva e insurgente, as ações dos sujeitos coletivos promovem uma rede de aprendizagem de seus participantes: a partir da lida com a coisa pública, do trânsito de culturas políticas e temáticas de inclusão social. Essa aprendizagem é experimentada sobretudo por seus protagonistas, mas por sua matriz de saberes, é apregoada aos indivíduos fora do movimento.

Movimentos como operações de atores coletivos são antigos, isto é, guardam uma tradição histórica e uma meta-narrativa na medida em que se definem como forças sociais que se organizam e aglutinam agentes com um fim difuso, gerando uma experiência transformadora. Ao passo que são antigos, também são sempre novos. Versar sobre movimentos - sociais, culturais e políticos - é versar sobre experimentações sociais.

Quando se formam, reproduzem e detonam o conteúdo de sua ação, os movimentos produzem experiências de ressignificação e reelaboração do tempo e do espaço. Os sentidos da luta interpolam os arcos sociais, que espetam o cotidiano, e produzem pulsões criadoras. Esse fazer criativo não ocorre sem celeumas e traumas materiais ou simbólicos. Todo movimento é expressão de resistência, antes de ser proposição.

Aos movimentos, é factível dizer que:

Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos”. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (GOHN, 2011a, p. 336).

A ação coletiva expressa energias emancipatórias dadas pelo influxo da realidade situacional e balizadas pelas alocações dos sujeitos pertencentes a estes tempos e espaços (GOHN, 2010; 2011a; 2018; JASPER, 2016; TOURAINE, 2009). Regressando ao repertório da trajetória, as experiências dos sujeitos coletivos ao longo da história podem ser classificadas em tempos e em aspectos.

Considerando os tempos, há que se revisitar as metamorfoses dos velhos ou clássicos, novos e novíssimos movimentos sociais. À baila dos clássicos, o chão de fábrica e a configuração social em classes é a primeira chave de leitura. O residual da experiência da exploração e das injunções da classe hegemônica sobre as trabalhadoras é que constitui a substância para a produção da ação.

Os meios de produção, a conjuntura da divisão do trabalho e o cenário compositivo da sociedade produtiva e de consumo oferecem os ditames para os movimentos sociais tradicionais. A luta entre classes e a potencialização dessa divisão compunham os insumos para a transformação da realidade. A manifestação organizada e ruidosa das marchas e das pressões fundamenta a experiência e a linguagem coletiva.

Os substratos conceituais da mobilização social

Na tradição, os movimentos sociais clássicos se arregimentaram por meio da formação organizada de frentes de articulação como sindicatos e outras instâncias (GOHN, 2010). Esse princípio organizador forneceu a conjuntura necessária para que inovações sociais e medidas práticas se estabelecessem em nome de uma realidade menos desigual (ALONSO, 2009). Sua força sociopolítica logrou reconhecimento e seus saberes garantem certo balanço na produção do cotidiano.

Alguns feitos teóricos trouxeram penumbra à efervescência dos movimentos sociais que teceram sua estrutura, a partir do chão de fábrica e das interpelações da sociedade industrial e do consumo. Adorno (2005) e Riesman (1995) conceberam que a massificação, os signos do consumo e o capitalismo tardio produziram comportamentos individualistas, gerando a desmobilização dos sujeitos e de atos coletivos.

Todavia, as ideias são confrontadas a partir de uma nova explosão social. Desta vez, não restrita apenas ao mundo do trabalho, mas reclamando demandas pós-materiais. O público a compor as novas multidões também se ampliou: estudantes,

profissionais liberais, jovens e mulheres, permitindo "movimentos", em vez de um movimento uno (GOHN, 2011b). Tratava-se de uma disputa mais sistêmica, pautando-se na cultura e na sociabilidade (ALONSO, 2009).

Desse horizonte, desprendem-se as teorias de Mobilização de Recursos (TMR), do processo político (TPP) e, finalmente, dos novos movimentos sociais. A TMR, em Olson (1999), implicava em uma leitura racional e calculista da ação coletiva. Entre riscos e benefícios, os sujeitos estariam dispostos em um fenômeno social planejado, dotado de códigos e hierarquias. A estratégia exerceu primado sobre a cultura e a ação social assumiu uma imagem corporativista.

A TPP, por sua vez, com Tilly (1978), dirige seu olhar para a revolução como uma categoria para macroprocessos sócio-históricos. Concebe-se que os agentes coletivos não existem *a priori*, a menos que sejam fruto de um processo de oportunidades. A solidariedade adiciona uma camada cultural à teoria, indicando que os indivíduos se reconhecem em um comum de vivências e mutualidade na ação, todavia dependentes de recursos formais para ganhar corpo político.

Essa estrada é necessária para posicionar os novos movimentos sociais que não significam uma ruptura completa com os clássicos ou sua negação, mas a abertura a novos temas, agentes e processos (JASPER, 2016). O mundo do trabalho se complexificou e uma trama adensada pelo império simbólico do consumo e da tecnologia causam dissensões na percepção de direitos sociais, redistribuição e reconhecimento de identidades (GOHN, 2011b).

Os adversários clássicos permanecem, contudo fazem apenas parte de uma cartografia do conflito, onde sistemas e estruturas devem ser atacados e a persuasão da sociedade civil passa a fazer parte da cartela de táticas e estratégias (ALONSO, 2009). A envergadura da ação social dos novos movimentos seria representada por um mosaico de sujeitos: mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, ambientalistas, outros grupos heterogêneos e sujeitos transversais a todos estes.

A perspectiva dos novos movimentos sociais estaria atrelada à reivindicações de causas a partir de projetos. Projetos de vida, projetos de sociedade, projetos de país, projetos culturais. A cartografia de conflitos encontra uma nova cartografia política, chacoalhando as concepções de sociedade, Estado e sujeitos de suas antigas formulações, sem adesão à conjuntura social que se desvelava.

Habermas (1981), ao tratar dos *new social movements*, propõe uma classificação dupla: movimentos de libertação e movimentos defensivos. Os primeiros teriam compromisso com a emancipação e pela garantia de direitos, apelando para o confronto reivindicatório. Os demais se concentrariam pela salvaguarda da comunidade e das ameaças que a cercam, possuindo caráter propositivo.

As novas formas de conceber e perceber os movimentos sociais então estariam no entrecruzamento da situação social, dinâmicas políticas e projetos culturais. O arrocho e precariedades, as formas de participação política e as frentes culturais criam um ideário mobilizador. Importa a afirmação de identidades no plural, a autonomia de culturas e comunidades, ensejos democráticos e o conceito tanto polêmico quanto polissêmico de desenvolvimento. Na linha de oposição, as operações estatais, mercadológicas e outros polos hegemônicos.

Sob a herança e a tela de referência dos movimentos clássicos e novos, despontam os novíssimos movimentos sociais - para além de classificações utilitaristas que hierarquizam essa diversidade. Em sua constituição, está o fortalecimento das bases identitárias na mesma intensidade em que se ampliam e diversificam os repertórios, tornando a apreensão de sua corporeidade difícil, fugidia (GOHN, 2018).

Os novíssimos movimentos rechaçam a cristalização, o engessamento e o utilitarismo que envelopa a ação social no imaginário social e acadêmico. Novos adjetivos tornam sua apreensão tanto complexa como provocativa. São fluidos em termos de agência, fragmentados em termos de organização material e se acomodam na horizontalidade como dinâmica e valor.

Destarte as classificações dos tempos dos movimentos e suas tomadas de direção, observa-se que os movimentos são estruturas complexas, marcadas por horizontes objetivos e subjetivos. Nesse sentido, importa tanto quanto a realidade situacional que grita, as ações estratégicas, as flexões solidárias e a formação de identidades coletivas em torno de causas, projetos de vida e sociedade (ALONSO, 2009).

Considerando os aspectos dos movimentos, é possível abordar a formação de ondas, de redes e do jargão manifestações. O primeiro aspecto, de ondas, permite compreender a ação coletiva como ação recíproca. Isto é, sujeitos e os objetos de suas mobilizações se ancoram a comuns definidos no próprio percurso de ação. Causas,

bandeiras, vozes e flexões solidárias são produzidas e fortalecidas no próprio processo de corporificação da atividade, como em ondas.

Pensar em ações como onda é supor ascensão - a escalada volumosa e imponente de uma onda - e o declínio natural - onde a ação cai e se espraia (TARROW, 2009; BARKER, 2014). Os sujeitos envolvidos nessa tipologia identificam em algum momento da ondulação algum grau de familiaridade, um comum instantâneo e que ativa por solidariedade uma ação conjunta, não olvidando das diferenças, mas apostando no reconhecimento do valor da luta o significado primário e final daquele esforço (BARKER, 2014).

Um importante aspecto desta estética de ação coletiva está na capacidade sistemática de repetição e inovação da ondulação. Os movimentos de onda são repetíveis, porém sempre novos, mais ou menos volumosos e tendo finalizações distintas. Nessa tipologia em que o instantâneo e o imprevisível formam comuns solidários e partilhas de valores político-culturais, as ondas permitem a renovação de táticas, estratégias e repertórios de confronto (TARROW, 2009; BARKER, 2014).

Movimentos em onda sugerem que a ação coletiva se estabeleça mutável de seu início ao seu declínio. Práticas, processos, identidades e obstáculos se unem para a produção, inovação e reprodução do próprio movimento. Essa característica estética e dinâmica das ondas faz com que seu desenvolvimento se realize por meio de forças contraditórias em alternância, em que tendências opostas concorram para a realização da própria ondulação (BARKER, 2014).

A característica de progresso entre forças e operações por meio de aglutinações em um *continuum* faz refletir outro aspecto das ações coletivas: as redes. Entendidas como sistemas socioespaciais de intercomunicação de objetos e fluxos com um programa de propósitos e ações (DIAS, 2001; SOUZA, 2013), as redes criam circuitos produtivos e tramas que permitem a produção de tessituras que ordenem, organizem ou abalem a realidade.

Como trama de nós, arcos e fluxos, as redes são vetores para a ação coletiva em diferentes campos e escalas de integração: espacial, econômica, política, logística e outros. As redes dão à ação coletiva a possibilidade de que seus fins se tornem um programa reticulado, partilhado entre vários pontos de interconexão - sujeitos e grupos - , reproduzindo-se em fluxos, capazes de interceptar a produção da realidade e radicar sua atividade.

Os movimentos em rede dizem de coletividades pautadas na estrutura intercomunicante das redes, estabelecendo-se em programas arraigados pelas tramas dos nós e arcos (CASTELLS, 2003). Isto é, em uma rede conteúdo, prática e performance se veem entrelaçadas e participantes de um corpo coeso. Esse corpo garante acuidade de objetivos e produz sujeitos relativamente autônomos aos sistemas externos, dado o caráter alternativo e comunicante da rede.

Castells (2003) explorou a rede a partir da perspectiva comunicativa e tecnológica como matriz de produção da realidade, cunhando o clássico conceito de sociedade em rede, aparato relacional, técnico e político da atividade humana. A ubiquidade e pervasividade dos dispositivos adicionam uma camada sócio-técnica às redes, especialmente as mobilizadas.

Esse cenário de redes permitiu que a ação coletiva lançasse mão de ferramentas, táticas, estratégias e transformasse seu próprio eixo, a partir da processão dos dispositivos (BRAGA, 2020; SANTOS, 2020b). Na rede, a agência e a potência se transmutam em fluxos com possibilidades múltiplas de interconexão. A prática mobilizada passa a assumir outras feições como a virtualização, o ciberativismo e a arregimentação entre o *on* e *off-line*.

Outro aspecto que influencia a conjuntura contemporânea da ação coletiva e mobilizada é fruto do próprio intercurso temporal sofrido pela constituição e transformação dos movimentos (clássicos, novos, novíssimos, suas ondas e redes). Trata-se da própria possibilidade de uma definição fugaz ou, em outra perspectiva, o caráter cambiante de algumas modalidades de agência: descentralizadas, sem organização conforme a expectativa utilitária, sem hierarquias ou necessidade de consolidação autodenominada.

Pode-se falar de ativismos, coletivos, atos, protestos, movimentos de protesto e manifestações. O termo manifestação é cálido por oferecer ao palato linguístico a ilustração sobre as formas de origem, reprodução e transformação de atos mobilizados, evadindo-se de construções estritamente orgânicas, visto que o caráter novo ou novíssimo dos movimentos progrediu em formas e conteúdos bastante distintos. Sua própria organização se oblitera e se renova.

O passeio por categorias que produzem terraplanagem para o conceito de movimentos sociais, bem como a compreensão de seus tempos e aspectos reclamam definição. Por certo que a possibilidade de agência coletiva concedida pela dimensão

organizacional de movimentos sociais oferece aos indivíduos possibilidades de explorar, articular e vivenciar sua realidade, incorporando e reelaborando os fios que tecem a realidade (JASPER, 2016).

Assim, é possível delimitar:

O **movimento social** é algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demanda. Movimentos têm liderança, base e assessorias. Um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado *a priori*, fruto apenas de contradições. [...] Eles têm laços de pertencimento e identidade com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GOHN, 2018, p. 246-247, grifo da autora).

Uma alteração fundamental na lógica de operação, comunicação e organização de ações coletivas de cunho sócio-político foi percebida no decurso do último século (RICCI, 2018). Do caráter orgânico e planejado dos agenciamentos tradicionais em que as demandas eram levadas a termo pela organização estrutural de movimentos, passou-se a estruturas marcadas de provisoriedade, cujos eixos e raízes são movediços e tem nesse estatuto seu modo de operação (SCHERER-WARREN, 2006).

Observa-se que a enseada constitutiva dos movimentos sociais e sua incidência sobre a história oferece sustentação para a derivação de outra categoria, a de mobilização social, cara a esta tese. A mobilização social, ao passo que se separa operacional e conceitualmente de movimentos sociais, guarda relações de vínculo e emergência, fundamentando-se em seu fragor e reelaborando suas táticas e estratégias ao sabor dos novos *modus operandi* da contemporaneidade (GOHN, 2011a).

A mobilização social emerge como uma categoria renovada, abarcando a diversidade de manifestações sociopolíticas e práticas de insurgência marcadas sob esse cabedal de novas formas, processos, estéticas e gramáticas (GOHN, 2014). Neste agrupamento, é possível identificar características agremiadoras que descrevem essas atividades, mas simultaneamente testemunham a epistemologia que as cercam.

Para fins de delimitação, as mobilizações sociais são concebidas como atos e manifestos constituídos a partir de pautas e demandas sociais com origens demarcadas tanto em termos de conteúdo como espacialização (GOHN, 2011a). Dependem de certa fermentação cultural, isto é, quando o objeto de anelo ou reivindicação é reificado a

partir de sinais visíveis de disputa dos adversários (pontuais, nomináveis ou representados no mercado ou no Estado), a ação visível acontece (GOHN, 2014).

As mobilizações sociais podem prescindir de esquemas orgânicos, institucionais e hierárquicos convencionais. Todavia, isso não significa sua rejeição às cooperações e negociações, mas implica uma recusa à cristalização. Esta recusa é entendida aqui como princípio constitutivo da mobilização que se engaja a partir de um episódio, cujas tramas são rugosas, porosas e embebidas de contextos situacionais.

As ações, então, se dão em níveis diferentes de espacialização, criando circuitos territoriais e multiescalas. Nas mobilizações a tomada do espaço público e a interrupção dos fluxos são estratégias pontuais, mas fazem parte de um símbolo no qual o participante, as estéticas e as gramáticas praticadas vão criando um corpo, um movimento caudaloso.

Táticas comuns como a pressão, cartazes, reivindicações e intervenções ruidosas são diluídas em uma ação cuja envergadura quer atravessar o espaço do cotidiano, o espaço das operações, o espaço da governança e o espaço das comunicações. O provisório e a descontinuidade fazem parte desse contexto ao mesmo tempo em que a intensidade de sua eclosão e a dimensão volumosa de sua difusão.

Têm-se atos, manifestos, marchas e práticas insurgentes de configurações e etiquetas distintas, aglutinando sujeitos diversos. Essa aglutinação de unidade na diversidade se dá pelo entrelaçamento identitário por meio da criação de uma identidade provisória e flutuante, que pode se dissolver depois do pleito ou permitir novas criações em outros momentos (SANTOS, 2019).

Herda-se dos novíssimos movimentos sociais o intercurso histórico na caracterização da ação coletiva, mas logra da contemporaneidade em feitiço a novidade dos cenários híbridos e sociotécnicos (LATOURE, 2012; 2013), da pujança das redes (CASTELLS, 2006; 2013) e dos processos comunicativos (MARTÍN-BARBERO, 2001). A definição repousa na atualidade das práticas insurgentes sem dialogar a partir de rupturas, mas tratando de inclinações, flexões e metabolizações da agência, da potência e da performance.

Há uma configuração contemporânea adensada pela comunicação em rede (CASTELLS, 2003; 2006), pelas ambiências ubíquas (LÉVY, 2000; 2002) e por um

processo de anestesiamento estético que aprisiona o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos, e faz de cidadãos, consumidores (CANCLINI, 2006) que produz um duplo vórtice sobre a ação social. Variedades de ações que desafiam a realidade e o pensamento e, ao mesmo tempo, uma condição fluida que produz descontinuidades e provisoriiedades.

Esse complexo cenário de cenários particulariza a constituição de sujeitos e suas mobilizações cuja origem e reprodução são impetuosas, sem que haja tempo para a maturação de uma planificação orgânica - os sujeitos imersos nesses atos parecem rechaçar essa perspectiva cara a considerações tradicionais de ações coletivas. Se é possível dizer que fixos e fluxos se tornam instrumentos e medeiam táticas insurgentes, nesse novo limiar, o espaço de mobilização e o seu exercício tornam-se substância da mesma ação que advém dos sujeitos.

Os sujeitos ao se mobilizarem tomam o espaço e suas camadas em uma medida contextual, isto é, acopla-se a ação aos fixos, inaugurando fluxos reivindicatórios, querelantes e propositivos. Mas a tomada do espaço é reificada, na medida em que se reclama um lugar da realização da existência feita projeto e coletivizada no comum instantâneo do ato mobilizado.

Esse gestual implica na tomada do ordinário por um contexto extraordinário, que por sua vez, gera uma onda transformadora. Reclama-se a atenção do ordenamento das atividades para irromper um sinal patente de que algo requer atenção e de que certa transformação está sendo proposta, ou se há feridas lacunares, algo está sendo posto em situação de indignação para transformação.

Retorna-se às práticas (CERTEAU, 2014). Ao pensar práticas dispostas no espaço - substrato, público, arena, cotidiano -, pensa-se participação social, cidadania (CARVALHO, 2000; HOLSTON, 2013) e cidadinidade (AGIER, 2011). Esse tipo de exercício, do sujeito que consciente de seus papéis e da ordem que o cerca, cultiva procedimentos e bons votos por essa mesma ordem. Esse exercício pode ser pensado em sua constituição como empreitada para a manutenção de certa saúde institucional, a relação senso-dissenso como elemento político básico e a coalizão como prática do fazer política.

Articular diferentes visões, dispositivos, concepções e colocar em perspectiva ideários diversos é uma atividade dirigida a salvaguardar a saúde das instituições, ou do

Estado (em qualquer acepção), ou de uma nação ou de um povo (HOLSON, 2013). Colocar pautas em atrito é garantir as funções vitais da realidade política vigente. Contribuem para essa manutenção salutar os instrumentais do senso-dissenso e da coalizão.

O binômio ambivalente de senso-dissenso se situa na confecção democrática da política, não olvidando a diversidade de visões e projetos, mas lançando mão da consciência da diversidade para construir projetos e esforços comuns, transformando a diferença de choque em diferença de projeto, isto é, pluralidade (CARVALHO, 2000). E a coalizão é o sedimento desse processo, uma vez que metaboliza a divergência em convergência. Ou, em última instância, é sua intenção.

Enxerga-se o espaço como palco e tela para as mobilizações e para o exame da qualidade da participação nelas observada. Afirma-se o espaço não o restringindo apenas ao conceito de cidade, dando assim vazão às práticas perpetradas no/pelo espaço virtual, cujos reflexos se somam na variabilidade espaçotemporal, sociopolítica e cultural dada as protuberâncias de cada lugar e momento.

Sobre as mobilizações:

[...] também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço institucional - o espaço constitucionalmente designado para a deliberação - está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. [...] Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. [...] Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras. [...] Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos. [...] O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político [...] (CASTELLS, 2013, p. 18-29).

A insurgência e a mobilização são atividades criadoras e criativas. As práticas dos sujeitos se imbricam para construir um lugar ideal onde a tensão repouse na criação de instâncias de espacialidade pública e política. A criação é um ato de mobilização, de participação e, portanto de cidadinidade. Nessa perspectiva, a relação dos sujeitos -

cidadinos - entre si e a relação com o espaço e a situação social (AGIER, 2011) é que constituem o fragor desse engajamento mobilizado e criador.

O cotidiano e sua dimensão socioespacial aclaram a dinâmica cidadina e nela a insurgência mobilizada em rotas ordinárias, extraordinárias, passageiras e rituais (AGIER, 2011). O ordinário e seus laços de pertencimento plasman a existência, seus símbolos e objetos. O extraordinário torna as vivências cáusticas, alertando o contexto situacional e despertando reações. O passageiro cria instâncias do provisório, lugares a modelar. E o ritual cria teias simbólicas nas quais a vivência do cotidiano permite sua reelaboração sistemática.

Considerações finais

Esse quadro de referência permite o lance de peças sobre a qualidade dos sujeitos aqui evidenciados, suas mobilizações e, o espaço no qual sua trajetória se estabelece, e que é ao mesmo tempo lugar de seu existir e devir. As mobilizações sociais contemporâneas têm estabelecido novos traçados de percepção da participação social e da própria conjuntura epistêmica das ações coletivas.

O retorno às ruas, sempre novo, deflagra novas relações com o espaço. O usufruto da cidade, seus fixos e fluxos se incorpora às mobilizações como indumentária e tem força de agência, seja pela reificação, seja pelo porte do exercício sociopolítico perpetrado pelas mobilizações. A camada sociotécnica das redes e dos processos comunicativos criam camadas e ambiências que transformam o sujeito e requalificam sua emergência, bem como suas práticas.

A substância da ação eclode do indivíduo que se torna ator e se consubstancia com a envergadura da mobilização, revelando um sujeito-movimento. Este sujeito é desafiador, visto que suas práticas são marcadas de hibridismos entre exercícios de cidadania e cidadindade, bem como com as coisas - os objetos, dispositivos e ferramentas que com ele adquirem agência. Este mesmo sujeito cria laços complexos, identidades provisórias sem arrefecer de sua própria origem, criando lastros afetivos e efetivos de questionamento do tempo, do espaço e da realidade.

Dada a eloquência e o espetáculo da novíssima realidade das mobilizações, a desconfiança e o descrédito são comuns. Contudo, não é salutar para o estudo cioso da

ação social o julgamento tácito e apressado das estéticas, gramáticas e formas do que é novo, frequentemente dissidentes e com menos feições familiares a que o olhar analítico se acostumou.

Por certo que os movimentos, suas práticas, táticas e performances dos sujeitos revelam profundezas que devem ser examinadas em suas porosidades, oportunidades, riscos e significados. Para tanto, as ruas são telas significativas desses devires e impactos, bem como suas conjunturas oferecem metabólitos ao tecido social, revigorando a pólis e catalisando sentidos políticos no tempo, no espaço e nos anelos por mudança.

É preciso salvaguardar a orientação humana à mudança e à transformação na polissemia do que se compreende por social. Para tanto, as mobilizações como outrora continuam pedagógicas em fornecer luzes para viabilizar esse processo no tempo, no espaço, na cidade, nas redes.

Referências

- ADORNO, T. W. **Primeira versão**. Teoria da Semicultura. Porto Velho, 2005.
- AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 49-86, 2009.
- BARBOSA, R. F. Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção. **Revista Sinais**, Vitória, v. 2, n. 20, p. 133-147, jul./dez. 2016.
- BARKER, C. “O movimento como um todo“: ondas e crises. **Revista Outubro**, [S./l.], n. 22, p. 5-34, jul./dez., 2014.
- BRAGA, J. L. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.
- BRANDÃO, C. R. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. In: PESSOA, J. M. (Org). **Saberes de nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: UCG, 2004. p. 43-120.
- CALHOUN, C. Occupy wall street in perspective. **British Journal of Sociology**, [S./l.], v. 64, n. 1, p. 26-38, 2013.

- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2003.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COSTA, A. M. A. D. C. **Resgatar a democracia?** A emergência e declínio de novas redes de ativismo nos protestos anti-austeritários em Portugal. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FERNANDEZ-PLANELLAS, A.; PAMPOLS, C. F.; FIGUEROAS-MAZ, M. 15-M In Spain: Differences and Similarities in Communication Practices with Previous Social Movements. **Última década**, Santiago, v. 21, n. 39, p. 115-138, dez. 2013.
- GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [S./l.], v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011a.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.
- HABERMAS, J. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, p. 33-37, 1981.
- HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Uma introdução à Teoria Ator-Rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. São Paulo: Instituto Piaget, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTINS, J. S. Sujeito multidão. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2015. Aliás, p. E3.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

RICCI, R. D. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp., p. 90-107, nov. 2018.

RIESMAN, D. **A multidão solitária**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SANTOS, G. S. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #EleNão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 8, 2019. **Anais**. Maceió: ANINTER-SH, 2019.

SANTOS, G. S. Reflexões sobre mobilizações sociais em rede na contemporaneidade: novos exercícios de agência e cidadania. **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 1, n. 23, p. 202-226, out./dez. 2020a.

SANTOS, G. S. #Vemprarua: jornadas de um espaço em rede. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 17, n. 01, p. 240-255, fev. 2020b.

SANTOS, G. S. **#Vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 2017. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Michigan: Newberry Award Records, 1978.

Autor

Nome completo do autor – É Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), Mestre em Geografia e Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente é professor das faculdades de Comunicação Social e Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

Endereço: Av. Rui Braga, s/n, Vila Mauriceia, Montes Claros, MG, Brasil, CEP: 39.401-089.

Artigo recebido em: 26 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 16 de agosto de 2023.

Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.